

Magistrados desta Seccional participam de capacitação para PJe



O curso sobre Processo Eletrônico e Sistema PJe promovido pela Escola de Magistratura Federal da 1ª Região — ESMF, na sede desta Seccional, teve início ontem e se estende até hoje.

O curso está sendo realizado na sala de treinamento no térreo do Fórum Teixeira de Freitas e no Auditório Ministro Dias Trin-

idade e se destina aos magistrados encarregados da gestão de unidades judiciárias quanto aos aspectos referentes às principais funcionalidades do sistema PJe.

O primeiro módulo realizado ontem englobou o “Processo Judicial Eletrônico – Normas Legais e Regulamentares”, com a participação dos juízes federais Kátia Bal-

bino de Carvalho Ferreira, diretora do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal (em destaque na foto ao lado), e Marcelo Velasco Nascimento Albernaz, coordenador do curso.

A capacitação prosseguiu com os temas “Mais um sistema de processo eletrônico? Descobrimo o PJe”, “Principais atos normativos atinentes ao Sistema PJe – Avanços na gestão processual”, “PJe – Da teoria à prática”, “Principais atos normativos atinentes ao Sistema PJe – Respondendo a questionamentos”, “Sugestões de alteração normativa atinentes ao Sistema PJe”, “Autoavaliação” e “Avaliação de reação”.

O segundo módulo, realizado hoje, é conduzido pelo diretor do Nupje – TRF1ª, Andrey Leonardo Lima e Silva, e pelo técnico judiciário Jeiel Vaz Macedo, que enfocam metodologias expositiva e participativa (apresentação do sistema e análise de casos diversos), bem como metodologia ativa (imersão dos participantes em laboratório de informática, com a utilização do sistema em ambiente de teste com diversas simulações de situações reais e práticas do cotidiano do usuário).

Segundo o TCU, ações de sustentabilidade na administração pública são insuficientes

Com base nas respostas aos questionários enviados a 101 instituições da Administração Pública Federal, o TCU verificou que órgãos e entidades públicas não avançaram na implementação de ações destinadas à promoção da sustentabilidade.

A auditoria avaliou a governança nas políticas públicas voltadas para a promoção da sustentabilidade na APF e as ações de estímulo ao consumo sustentável de insumos necessários às atividades, como por exemplo, o uso de água, da energia elétrica e do papel. Além disso, foram consideradas ações de gestão de resíduos, a destinação daqueles considerados recicláveis e a utilização de critérios na aquisição de bens e serviços como forma de estimular a produção e o consumo com maior grau de

comprometimento com o desenvolvimento sustentável.

Os resultados apontam grau insuficiente de gestão e de implementação das ações de promoção da sustentabilidade na APF, atuação deficiente no nível central de governo e baixa evolução na adoção de critérios e práticas sustentáveis nas contratações. A equipe de auditoria verificou, também, a implementação incipiente de ações voltadas para a utilização de edifícios públicos mais eficientes e sustentáveis, além de constatar deficiências nas iniciativas relacionadas com a gestão de resíduos e a realização de coleta seletiva solidária.

Por meio do Acórdão 1.752/2011, o Tribunal dirigiu recomendações ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministério do Meio Ambiente, à Secretaria do Tesouro Nacional e à Eletrobras, além de determinações a unidades internas do TCU para incluir nas contas da APF informações sobre a sustentabilidade e adoção das medidas pertinentes com o objetivo de aprimorar a gestão de recursos naturais.

Durante a auditoria operacional, foram estabelecidos 11 eixos temáticos e cada um deles foi avaliado como um indicador cuja pontuação variou de 0 a 3. A média entre os indicadores foi denominada como Índice de Acompanhamento da Sustentabilidade na Administração (IASA). A APF alcançou a pontuação de 1,64, o que, de acordo com a proposta de deliberação do relator do processo, denota grau médio de comprometimento com as medidas de sustentabilidade.

A definição dos eixos temáticos levou em consideração a elaboração, implementação e monitoramento do Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS), a racionalização no uso de energia elétrica e de água, atendimento a requisitos de acessibilidade, certificação de prédios públicos, racionalização no uso de papel e implementação de processo eletrônico, gestão de resíduos e coleta seletiva, contratações públicas sustentáveis, mobilidade e gases do efeito estufa e conscientização, capacitação e adesão a programas de sustentabilidade.

Para melhoria do cenário, O TCU determinou que o Ministério do Planejamento, retome as atividades do comitê de sustentabilidade, apresente um plano destinado à implementação de um sistema de acompanhamento de ações e passe a fazer uso do IASA. O Tribunal também determinou que o Ministério exija de outros órgãos o alinhamento entre o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) e os planejamentos estratégicos e que sejam criados núcleos de sustentabilidade com caráter permanente. (Fonte: TCU).

EXPEDIENTE ► **Coordenação-Geral:** juíza federal Cláudia Tourinho Scarpa, diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, diagramação, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. Estagiário de Jornalismo: João Victor Gomes. **Tiragem:** 26 exemplares. Edição eletrônica encaminhada para mais de 1.000 e-mails. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41219-400 **Site:** www.jfba.jus.br. **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

Aniversariantes

Hoje: Carlos Alberto Almeida Simas (NUCJU), José Reinaldo Almeida Oliveira (Itabuna), Manuella Andrade Coelho (8ª Vara), Altina Silva dos Santos (NUCJU) e Tatiana Cristina Barreto Zanini (7ª Vara).

Amanhã: Adriana Alves Litieri Brentz (3ª Vara), Alisson Modesto de Jesus (8ª Vara), Carol Gargur Costa (TUR-REC), Elvira das Virgens Costa (5ª Vara), Luciana de Novaes Ventura (17ª Vara), Márcia Regina Lins Magalhães (DIREF), Maria Cristina Tude Mendes (NUCJU) e Paulo Emilio Mascarenhas Fausto (23ª Vara).

Parabéns!

AGENDA CULTURAL

Teatro



SERVIDOR DA DIREF ENCENA ESPETÁCULO “AS PEQUENAS RAPOSAS”

O servidor Gésner Braga, da Diretoria do Foro desta Seccional, está em cena com o espetáculo teatral “As Pequenas Raposas”, em cartaz no Teatro Martim Gonçalves, em Salvador. A temporada prossegue diariamente, às 19h, até o próximo domingo, 27. O Teatro Martim Gonçalves fica na Escola de Teatro da UFBA, na Av. Araújo Pinho, 295, Canela. Os ingressos custarão R\$15,00 a meia entrada e R\$ 30,00, inteira.

Traduzida da obra da escritora americana Lillian Hellman, o espetáculo dirigido por Harildo Déda apresenta a trajetória da família Hubbard, comerciantes do Sul dos Estados Unidos, no início do século XX, após o fim da escravidão e da guerra civil americana.

Os Hubbards crescem economicamente com a exploração de mão de obra barata na região e ludibriando pessoas para obtenção de vantagens econômicas. Numa visão corrupta, utilitarista e gananciosa de que os fins justificam os meios, não poupam nem seus familiares, cujos arranjos matrimoniais se revelam com nítido caráter patrimonial.

Face à possibilidade de associação com o capital industrial do Norte, as “pequenas raposas” da família Hubbard revelam toda sua ganância na exploração das pessoas (irmãos, marido, esposa, filhos, empregados), sem medir esforços para concretizar seus planos.

O contexto apresentado assemelha-se ao atual momento histórico brasileiro. A exposição da ganância humana tem por objetivo retirar o espectador da zona de conforto e convidá-lo ao debate do tema da corrupção e suas nuances, bem como outras questões cruciais como o machismo e o racismo.

Para o diretor é importante montar “As Pequenas Raposas” neste “tempo de homens partidos”, para tratar sobre “as raposinhas de nosso tempo: corruptas, racistas, misóginas”.

Déda também compõe o elenco, juntamente com Bira Freitas, Cristiane Cândido, Daniel Arnold, Gésner Braga, Ícaro Bittencourt, Luzia Barbosa, Marta Torres, Valéria Fonseca e Veríssimo Vasconcellos. A produção é de Cristiane Cândido, Gésner Braga, Marta Torres e Veríssimo Vasconcellos. O figurino é assinado por Gésner Braga e a cenografia e iluminação, por Eduardo Tudella.